PARECER DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Matéria: **Projeto de Lei nº 035/2026**

Autor: Poder Executivo

Conclusão: Favorável

Relator: Renato André Both

RELATÓRIO:

O Projeto de Lei em análise é de autoria do Poder Executivo Municipal e tem como objetivo **Autorizar a Abertura de Crédito Suplementar por Excesso de Arrecadação e da Outras Providências.**

Enviado para análise da CAPA-assessoria, não obteve mensagem retificativa, estando o projeto dentro da viabilidade técnica.

VOTO DO RELATOR:

A abertura de créditos adicionais encontra amparo na Constituição Federal e na Lei Federal nº 4.320/1964, que disciplina as normas gerais de direito financeiro aplicáveis aos entes da Federação. Nos termos da legislação vigente, os créditos adicionais constituem instrumento legítimo de alteração do orçamento durante o exercício financeiro, destinando-se ao reforço de dotação já existente, à criação de dotação não prevista inicialmente ou ao atendimento de despesa urgente e imprevisível.

Sob o aspecto formal, a matéria é de iniciativa do Chefe do Poder Executivo, por se tratar de proposição diretamente relacionada à execução orçamentária, à gestão das receitas e despesas públicas e à condução da administração financeira do Município. A Constituição Federal, ao tratar do sistema orçamentário, veda o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual, bem como a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes, ressalvada a hipótese constitucionalmente excepcional do crédito extraordinário.

A Lei nº 4.320/1964, por sua vez, estabelece que os créditos adicionais se classificam em suplementares, quando destinados ao reforço de dotação orçamentária já existente; especiais, quando voltados a despesas para as quais não haja dotação específica; e extraordinários, quando destinados a despesas urgentes e imprevisíveis, como as decorrentes

de guerra, comoção interna ou calamidade pública. Dessa forma, a adequação jurídica da proposição depende da correspondência entre a modalidade indicada e a situação concreta descrita na justificativa do projeto, fato atendido pelo Projeto encaminhado.

Nos casos de crédito suplementar e de crédito especial, a regularidade da abertura exige a demonstração da existência de recursos disponíveis para cobertura da despesa, com indicação expressa da fonte respectiva, observando-se as hipóteses admitidas em lei, como superávit financeiro, excesso de arrecadação, anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou produto de operações de crédito autorizadas. Já o crédito extraordinário possui disciplina excepcional, devendo estar fundamentado em situação efetivamente urgente e imprevisível, não podendo ser utilizado para suprir mera deficiência de planejamento orçamentário.

Assim, viabilidade técnica e jurídica do Projeto de Lei nº 035/2026, por se tratar de matéria de iniciativa do Poder Executivo, compatível com a legislação orçamentária e financeira vigente.

ENCAMINHAMENTO DO PARECER:

Esta Relatoria, considerando a análise da Assessoria Jurídica, apresenta parecer FAVORÁVEL ao Projeto de Lei nº 035/2026.

É o voto!

PARECER:

Assim, os vereadores da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, Presidente: Renato André Both, Vice-presidente: Mateus Olímpio Mezetti e Membro: Roque Luft, examinando o projeto de lei nº 035/2026 emitem parecer FAVORÁVEL, nos termos do Relator.

Sala das Comissões, em 19 de outubro de 2026.

Relator designado: _____

Membros: _____ _____

PARECER DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Matéria: **Projeto de Lei nº 035/2026**

Autor: Poder Executivo

Conclusão: Favorável

Relator: Andre Luis Lopes

RELATÓRIO:

O Projeto de Lei em análise é de autoria do Poder Executivo Municipal e tem como objetivo **Autorizar a Abertura de Crédito Suplementar por excesso de arrecadação e da Outras Providências.**

Enviado para análise da CAPA-assessoria, não obteve mensagem retificativa, estando o projeto dentro da viabilidade técnica.

VOTO DO RELATOR:

A abertura de créditos adicionais encontra amparo na Constituição Federal e na Lei Federal nº 4.320/1964, que disciplina as normas gerais de direito financeiro aplicáveis aos entes da Federação. Nos termos da legislação vigente, os créditos adicionais constituem instrumento legítimo de alteração do orçamento durante o exercício financeiro, destinando-se ao reforço de dotação já existente, à criação de dotação não prevista inicialmente ou ao atendimento de despesa urgente e imprevisível.

Sob o aspecto formal, a matéria é de iniciativa do Chefe do Poder Executivo, por se tratar de proposição diretamente relacionada à execução orçamentária, à gestão das receitas e despesas públicas e à condução da administração financeira do Município. A Constituição Federal, ao tratar do sistema orçamentário, veda o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual, bem como a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes, ressalvada a hipótese constitucionalmente excepcional do crédito extraordinário.

A Lei nº 4.320/1964, por sua vez, estabelece que os créditos adicionais se classificam em suplementares, quando destinados ao reforço de dotação orçamentária já existente; especiais, quando voltados a despesas para as quais não haja dotação específica; e

extraordinários, quando destinados a despesas urgentes e imprevisíveis, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública. Dessa forma, a adequação jurídica da proposição depende da correspondência entre a modalidade indicada e a situação concreta descrita na justificativa do projeto, fato atendido pelo Projeto encaminhado.

Nos casos de crédito suplementar e de crédito especial, a regularidade da abertura exige a demonstração da existência de recursos disponíveis para cobertura da despesa, com indicação expressa da fonte respectiva, observando-se as hipóteses admitidas em lei, como superávit financeiro, excesso de arrecadação, anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou produto de operações de crédito autorizadas. Já o crédito extraordinário possui disciplina excepcional, devendo estar fundamentado em situação efetivamente urgente e imprevisível, não podendo ser utilizado para suprir mera deficiência de planejamento orçamentário.

Assim, viabilidade técnica e jurídica do Projeto de Lei nº 035/2026, por se tratar de matéria de iniciativa do Poder Executivo, compatível com a legislação orçamentária e financeira vigente.

ENCAMINHAMENTO DO PARECER:

Esta Relatoria, considerando a análise da Assessoria Jurídica, apresenta parecer FAVORÁVEL ao Projeto de Lei nº 035/2026.

É o voto!

PARECER:

Assim, os vereadores da Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação, Presidente: André Luis Lopes, Vice-presidente: Marcia Muller Pedrolo e Membro: Cibele Heisler, examinando o projeto de lei nº 035/2026 emitem parecer FAVORÁVEL, nos termos do Relator.

Sala das Comissões, em 19 de outubro de 2026.

Relator designado: André Luis Lopes

Membros: Cibele R Heisler